

REDES E SISTEMAS DO TRÁFICO DE DROGAS NO RIO DE JANEIRO: UMA TENTATIVA DE MODELAGEM

Marcelo Lopes de Souza
Departamento de Geografia da UFRJ

Abstract

Undoubtedly, most of the drug trade for local consumption in Rio de Janeiro is organized by *quadrilhas* (gangs) based in *favelas* (shanty-towns), which are linked to different criminal organizations or networks (*comandos*). The most important criminal network of Rio de Janeiro, the *Comando Vermelho* (Red Commando) was created in the late 1970s.

However, the mass media tend to give a false image of drug traffic and its structure. Although newspapers and television pass the idea that the leaders of the drug traffic in the favelas are very powerful, they are to a considerable extent only the underlings of the drug trade's real sponsors, who have connection with important politicians, businessmen etc.; the most important traffickers, who operate at the level of the *import/export/wholesale trade system*, do not live in shanty-towns. Furthermore, the criminal organizations, which operate in the context of local retail trade (*retail trade system*), are not very centralized: the *Comando Vermelho* itself, whose founders are dead or in jail, is today essentially a unstable solidarity network among inmates.

Introdução

Desde 1994 o autor deste ensaio vem coordenando uma pesquisa (a qual, a partir de 1995, passou a receber o apoio financeiro do CNPq) intitulada "O tráfico de drogas e seus impactos sócio-espacialmente desordenadores/reordenadores nas cidades brasileiras", cuja questão central admite ser formulada como se segue: pode o comércio ilegal de tóxicos, no contexto cultural, político e econômico brasileiro, contribuir para desordenar e reordenar (parcialmente) a sociedade e a organização territorial na escala da cidade (ou metrópole) e mesmo na escala nacional (através de novas correlações de forças e efeitos colaterais como o incremento da corrupção, a formação de enclaves territoriais controlados pelo crime organizado no interior das cidades, a espiral da violência e a "militarização da questão urbana"), bloqueando, simultaneamente, um verdadeiro desenvolvimento sócio-espacial na escala das favelas (via asfixia de organizações comunitárias, tolhimento da liberdade dos moradores em geral etc.)? (Para uma investigação desse problema consulte-se SOUZA, no prelo.)

A questão que anima o presente ensaio é, na verdade, um subconjunto dos interesses e preocupações desse projeto, e diz respeito ao modo de estruturação e à dinâmica sócio-espacial do tráfico de drogas em si, independentemente de seus efeitos sociais mais amplos. Investigar esse problema específico, muito mais que perseguir a questão dos impactos sócio-espaciais do tráfico, é algo particularmente difícil, devido à óbvia dificuldade prática de acesso a dados suficientes e confiáveis (vide a próxima seção), ao menos para um pesquisador universitário e sua pequena equipe. O autor crê, porém, que, com o material disponível e uma boa dose de senso crítico a propósito dos dados, além de imaginação e poder dedutivo, é possível discernir algumas relações fundamentais, passíveis de modelagem, a qual será feita aqui com a ajuda da Teoria dos Grafos. No atual estado de ignorância sobre o assunto, que ainda constitui um *black box* para quase todos (isto para não falar dos desinformadores palpites e versões sem muito fundamento divulgados pela imprensa), esse pouco até que não é tão pouco assim.

Quanto à modelagem com recurso à Teoria dos Grafos, sublinhe-se: não se pretende enfiar a análise de um fenômeno tão complexo quanto a estrutura e a dinâmica do tráfico de drogas em alguma cama de procusto hipersimplificadora, em uma camisa-de-força formalista. De maneira análoga e complementar às ponderações do autor em trabalho anterior, no contexto de uma argumentação epistemológico-metodológica a propósito da utilidade da idéia de sistema (e da representação de fenômenos mediante sistemogramas) para a análise do agravamento da “questão urbana” no Brasil (SOUZA, 1993), a modelagem por meio de grafos tem, além de um valor *didático*, por permitir uma representação simplificada de algumas relações essenciais (na medida, inclusive, em que não se dispõe de dados para uma representação menos abstrata, p.ex. via mapas), igualmente um valor *heurístico*, por estimular a identificação dessas mesmas relações essenciais, depuradas de fenômenos hipoteticamente “supérfluos”. O valor heurístico da modelagem através de grafos não se encerra, contudo, aí: diz respeito, também, à possibilidade de, na esteira do esforço de representação gráfica de relações, estimular-se a visualização mais clara de problemas não resolvidos ou insatisfatoriamente resolvidos, o que se traduz por novas questões (e hipóteses de trabalho) a serem analisadas posteriormente. Em um contexto onde os dados são tão deficientes, a modelagem, alimentada indutiva (com apoio no escasso material disponível) e dedutivamente,

contribui para a não-paralisia da pesquisa, extraindo ilações a partir de uma base empírica restrita, ainda que várias dessas ilações tenham caráter mais ou menos hipotético e provisório.

1. Os dados: problemas quantitativos e qualitativos

É moeda corrente o reconhecimento, entre aqueles que conhecem minimamente a matéria, de que as deficiências quantitativas e qualitativas dos dados constituem-se em um dos grandes, juntamente com o risco pessoal eventualmente envolvido na verdade *o grande* obstáculo ao estudo de fenômenos relacionados com o tráfico de drogas. Nem poderia ser diferente, uma vez que se trata de uma atividade econômica ilegal, e sobre a qual, por conseguinte, não há registros oficiais. É claro que há certos tipos de dados oficiais de algum modo vinculados ao tráfico de tóxicos: para citar dois exemplos literalmente ao alcance da mão do autor, dados sobre indivíduos julgados e condenados com base nos artigos 12 e/ou 14 da Lei 6.368 de 21/10/1976 (a qual dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao comércio ilícito de substâncias psicoativas) nos têm sido fornecidos pela Vara de Execuções Penais do Rio de Janeiro (escolaridade, cor, residência declarada etc.), e dados sobre apreensões de drogas no Brasil, por ano e por macrorregião ou estado, podem ser obtidos junto à Divisão de Repressão a Entorpecentes da Polícia Federal. Dependendo da questão específica da pesquisa, esses dados podem revelar-se bastante úteis, embora não se possa perder de vista as suas inúmeras limitações.¹ Tais dados, contudo, têm pouca ou nenhuma serventia perante o tipo de indagação que está por trás do presente artigo, e que no âmbito do projeto maior não passa de um questionamento algo ancilar - como se estruturam as redes do tráfico de drogas? O que é o “Comando Vermelho”? Qual o âmbito de atuação dessa e de outras “organizações”?

Sinteticamente, três foram os tipos de dados utilizados: 1) matérias publicadas em jornais e revistas de grande circulação, com base nas quais montou-se um banco de dados que informa sobre, por exemplo, a suposta ligação de uma dada quadrilha ou favela a um determinado “comando” (ou, diversamente, sua posição “independente”); 2) as informações que, de diversas maneiras e a despeito de várias limitações, puderam ser obtidas em campo; 3) finalmente, outras fontes, como a autobiografia do ex-traficante William da Silva Lima, o “Professor” (LIMA, 1991), e informações colhidas em publicações especializadas como a *Revista dos Tribunais*.

É quase ocioso grifar que todas essas fontes são problemáticas: os dados e informações obtidos através da imprensa têm sempre de ser encarados com muita prudência, em virtude da falta de precisão inerente aos trabalhos jornalísticos - isto para não mencionar as desinformações provocadas pela pressa e pelo sensacionalismo, além de vieses como a superênfase sobre o tráfico de favela em comparação com os traficantes “de terno e gravata”;² os dados primários, em razão de sua escassez e confiabilidade sempre duvidosa; e os outros dados, por eventualmente apresentarem vários tipos de *bias* (ideológico, emocional etc.), ou por serem muito incompletos. Sobre nenhuma dessas fontes é possível ter controle - nem mesmo sobre as fontes primárias, diante da dificuldade para se contrastar e checar informações referentes a cada favela. O desafio se assemelha, às vezes, a tentar montar um quebra-cabeça com uma venda nos olhos... Uma certa segurança para avançar certas hipóteses e deduzir situações advém, nessas circunstâncias, somente de uma espécie de *sinergia* proporcionada pelo cotejo crítico e sistemático dos mais variados tipos de informação e fonte.

Os dados de campo, por sua importância, merecem um comentário adicional. Bastante reveladores quando se trata da questão central do projeto maior, mostram-se eles, em geral, frágeis e porosos no que toca às indagações específicas do presente ensaio. O modelo de entrevista parcialmente estruturada que vem sendo utilizado pelo autor e sua equipe desde junho de 1995 para se obter informações junto a líderes comunitários de favelas a respeito dos impactos sócio-espaciais do tráfico de drogas³ - e que foi aplicado, até agora (agosto de 1996), a 16 líderes de 13 “comunidades” faveladas do Rio de Janeiro -, embora contemple uma pergunta especificamente sobre a articulação dos traficantes locais com um determinado “comando”, não é adequado, tanto porque se trata de apenas uma pergunta, quanto, e sobretudo, porque líderes comunitários, embora possam saber algo de interesse, raramente sabem bastante (a não ser que estejam muito diretamente envolvidos com o tráfico), além de, compreensivelmente, raramente quererem dizê-lo. Informações preciosas sobre a dinâmica do tráfico (tipos de funções, formas de articulação etc.) têm sido, esporadicamente, colhidas pelo autor mediante entrevistas com advogados criminalistas, juizes etc. e, sobretudo, graças à malha de contatos estabelecida por dois membros de sua equipe, os quais, devido a peculiaridades biográficas e ao fato de serem *insiders* relativamente ao universo favelado, possuem acesso direto a traficantes e familiares de traficantes. É muito difícil, porém, também nesses casos, estimar a fidedignidade e a real possibilidade de generalização das informações.

2. Modelagem do tráfico de drogas com recurso à Teoria dos Grafos

A fig. 1-A apresenta um grafo não-planar $G=(X,U)$, conexo, não-orientado, com 21 vértices, onde X é um conjunto discreto de elementos x (vértices) e U uma família cujos elementos u são definidos em função dos elementos x de X (arestas⁴). Assuma-se que esse grafo representa, de modo evidentemente muito simplificado, a rede sócio-espacial do *Comando Vermelho*, principal “organização” do tráfico de drogas carioca.⁵ É possível representar, por comodidade, essa e outras redes semelhantes através de grafos não-orientados - embora obviamente as ligações entre os vértices constituam fluxos -, na medida em que sempre são grafos simétricos (isto é, os fluxos se dão em ambos os sentidos, embora possa se tratar, eventualmente, de fluxos distintos conforme o sentido), logo, estruturalmente equivalentes a grafos não-orientados. Um tal grafo é, também, um grafo multfluxo: estão envolvidos fluxos materiais - de *mercadorias* (drogas), *dinheiro* e *armas* (as quais são, normalmente, também mercadorias) - e fluxos imateriais - de *informação* (solicitações, avisos, ordens, ameaças).

Fig. 1

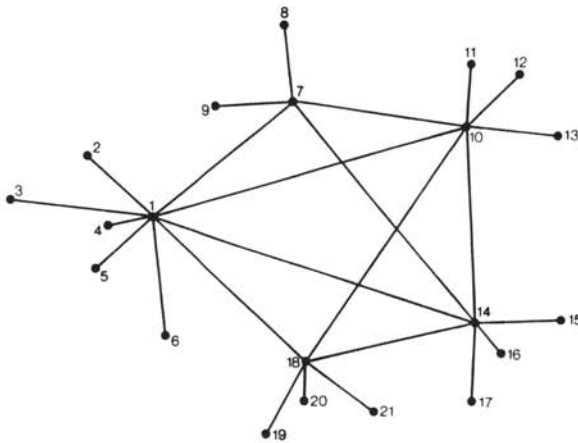


Fig. 1-A: grafo G

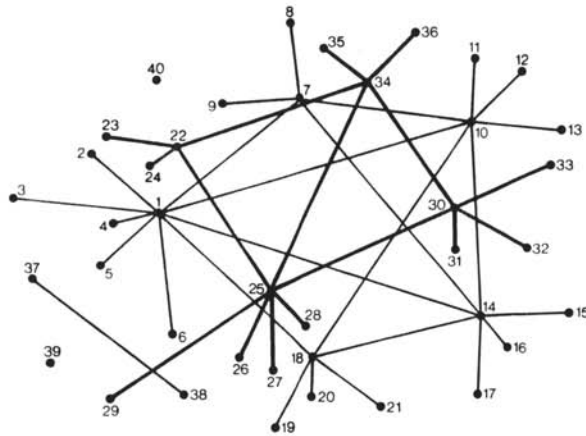


Fig. 1-B grafo I

A fig. 2 apresenta a lista de adjacência do referido grafo G , facilitando a leitura do número de ligações. Os vértices 1, 7, 10, 14 e 18 representam, em princípio, os “donos” de “bocas-de-fumo” e, simultaneamente, os pontos no espaço de onde operam esses “donos”; os demais vértices representam os seus respectivos “gerentes” (que são os encarregados da direção e da contabilidade da “boca-de-fumo”, tendo que prestar contas ao “dono”). Os vértices 1, 7, 10, 14 e 18, com suas ligações entre si, configuram um subgrafo $F=(S,T)$ (onde $S \subset X$ e $T=U \cap P_2(S)$), sendo que os referidos vértices não possuem o mesmo grau (não se desejou conceber o subgrafo F como uma “clique”, por se admitir a existência de importâncias diferenciadas - o que aqui não tem a ver, porém, com uma rígida hierarquia institucionalizada, como se explanará a seguir). Os vértices s de S , ou seja, os vértices do subgrafo F , saliente-se, *não* se referem exclusivamente a localizações faveladas; enquanto que o “gerente”, por

definição, mora, ele mesmo, na favela onde se encontra(m) a(s) “boca”(s) por ele gerida(s), o “dono”, embora de origem favelada, pode passar a residir no “asfalto”.⁶

Fig. 2: lista de adjacência do grafo G

1	2 3 4 5 6 7 10 14 18
2	1
3	1
4	1
5	1
6	1
7	1 8 9 10 14 18
8	7
9	7
10	1 7 11 12 13 14 18
11	10
12	10
13	10
14	1 7 10 15 16 17 18
15	14
16	14
17	14
18	1 7 10 14 19 20 21
19	18
20	18
21	18

Apenas para não sobrecarregar o esquema gráfico, e não por um sub-repêctio viés pequeno-burguês, é que o grafo G privilegia vértices diretamente vinculados com as favelas enquanto *loci* do tráfico, mesmo quando o “dono” reside no “asfalto”. Conquanto o Comando Vermelho seja, enquanto *rede*, um fenômeno restrito ao universo favelado, é necessário imaginar o grafo $G=(X,U)$, que é um supergrafo em relação a F, como um subgrafo relativamente a um supergrafo $H=(Y,V)$ (onde $X \subset Y$ e $U=V \cap P_2(X)$), que inclui vértices representativos de diversos *loci* do “asfalto” de onde operam atores sociais envolvidos com o tráfico que mantêm vínculos com G (vale dizer, onde atores e suas localizações representados por y de Y mantêm relações com atores e suas localizações representados por x de X): pequenos traficantes, usuários-revendedores etc., utilizando-se de apartamentos de classe

média, boates, estabelecimentos de ensino etc. Mesmo esses vértices referidos a um supergrafo **H**, porém, remetem ao tráfico de varejo. Os verdadeiros grandes traficantes entrarão em cena mais adiante.

Faz-se mister, a esta altura, discutir a natureza da rede que é o Comando Vermelho. Admita-se inicialmente a existência de uma *cúpula*, formada por alguns dos $s \in S$ concernentes a $F=(S,T)$, notadamente pelos “donos” mais poderosos. A “cúpula”, que, enquanto constituída por alguns dos $s \in S$, seria, em princípio, um subgrafo do grafo **F**, *pode* ser integrada por *alguns líderes atualmente presos* (os quais, graças a um esquema de corrupção envolvendo advogados, policiais etc., comunicam-se sem maiores problemas com os traficantes em liberdade), além dos referidos s . Tratar-se-ia de bandidos que, como o famoso “Escadinha”, encarcerado no presídio de Bangu 1, possuem ainda prestígio e influência. Tais líderes presos e suas localizações não estão representados na fig. 1, como vértices do subgrafo **F** (onde, não exercendo a mesma função que um “dono” em liberdade, os vértices correspondentes não teriam ligações com vértices referentes a “gerentes”, pois não há “gerentes” a eles subordinados), porque o verdadeiro poder dos traficantes presos é algo ainda muito nebuloso: se existem sinais de que alguns mantêm uma expressiva influência, há também indícios de que a privação da liberdade implicou em um sensível enfraquecimento de suas posições. Representativos, esses líderes presos, da “geração fundadora” do Comando Vermelho, há evidências de que sua liderança e seu espírito vêm sendo freqüentemente contestados por traficantes mais novos, atualmente controlando as favelas. De toda maneira, seja lá qual for o real alcance da influência dos traficantes presos, a importância da corrupção transparece nitidamente: os fluxos de informação entre a prisão e as favelas não se dariam da maneira como se dão sem a existência de diversos atores sociais, vinculados ao mundo legal e mesmo ao aparelho de Estado, que, sem pertencerem, eles mesmos à rede do Comando Vermelho (na verdade, há constantes atritos e uma permanente relação de desconfiança e mesmo desprezo mútuo entre bandidos e policiais corruptos), interagem com os traficantes, viabilizando a logística de suas operações mediante suborno.

Não obstante a existência de uma “cúpula”, que pode emitir ordens e decretar, por exemplo, a eliminação de algum dissidente (como o traficante Ernaldo Pinto de Medeiros, conhecido por “Uê”, após o assassinato traiçoeiro de Orlando “Jogador”, em junho de 1994, ambos então pertencentes à rede do Comando Vermelho), o essencial dos fluxos de

informação da rede não consiste em ordens, mas sim em pedidos de ajuda (de um “dono” para outro[s], a fim de se tomar uma “boca-de-fumo” de um rival), em avisos e em comunicações diversas. A rede é, no fundamental, uma *rede de solidariedade* ou, como já se expressou o autor alhures (SOUZA, 1996:28; SOUZA, no prelo), uma espécie de “cooperativa criminosa”, e não uma organização coesa e centralizadora, no estilo “família mafiosa”, como quer fazer crer AMORIM (1993) (ou, pelo menos, no que diz respeito ao subgrafo F; entre um “dono” e os seus “gerentes” - os quais, em conjunto, formam uma quadrilha específica - o relacionamento é nitidamente hierárquico, tratando-se aí, mais propriamente, de vínculos de subordinação). Em uma passagem da antológica entrevista concedida pelo traficante Flávio “Negão”, então mandachuva da favela de Vigário Geral, a Zuenir VENTURA (1994:188), o entrevistado fornece evidências sobre a natureza da Comando Vermelho como uma rede de solidariedade. O mesmo espírito comparece na entrevista concedida pelo líder do tráfico no morro Santa Marta (Zona Sul do Rio), “Marcinho”, ao *Jornal do Brasil* (12/2/1996), assim como no relato autobiográfico de William da Silva LIMA (1991), o “Professor”, um dos fundadores do Comando Vermelho, o qual sublinha a necessidade que havia de os detentos do antigo presídio da Ilha Grande, no litoral fluminense, se unirem contra abusos praticados pelos próprios presos, bem como o contato entre presos comuns e presos políticos, nos anos 70, como o caldo de cultura em que se formou o Comando Vermelho, que posteriormente extravasaria os muros do presídio.

Não há, porém, uma única “organização” criminosa envolvida com o tráfico de drogas de varejo no Rio de Janeiro, e por conseguinte não existe uma única rede. A fig. 1-B, que é uma complexificação da situação retratada em 1-A, mostra um grafo $I=(W,Z)$, do qual mesmo o grafo $H=(Y,V)$, que engloba a rede do Comando Vermelho *strictu sensu* e mais diversos pontos do “asfalto” ligados ao tráfico de varejo, é um subgrafo. I é um grafo desconexo que abrange duas redes, correspondendo a menor à do *Terceiro Comando*, principal rival do Comando Vermelho (as linhas das arestas possuem, no esquema gráfico, larguras diferentes para facilitar a visualização; isso nada tem a ver com valorações). Além dessas duas redes, o grafo I abrange igualmente alguns vértices isolados (39 e 40), de grau zero, e dois vértices de grau 1 (37 e 38), os quais formam um subgrafo com uma única cadeia.

O grafo I corresponde, de todo modo, meramente às redes e, indireta e mais amplamente, aos atores sociais envolvidos com o tráfico de varejo, seja operando nas favelas

(hierarquia que vai do “dono” da “boca-de-fumo” aos “olheiros”, aos “aviões” e às pessoas - amiúde mulheres - que trabalham na embalagem da droga, passando pelos “gerentes” e os “soldados”), seja operando no “asfalto” (pequenos e médios traficantes de classe média, usuários-revendedores). Seguindo uma sugestão terminológico-conceitual contida em trabalho anterior (SOUZA, no prelo), o autor propõe entender o conjunto das interações dos traficantes virtualmente representáveis no grafo hipotético I entre si e entre eles e os consumidores como um *sistema*, o *subssistema varejo*. Embora, conforme já foi observado, o sistema varejo dependa, para a sua logística, de “facilitadores” de pequeno calibre, como policiais corruptos,⁷ suas ligações mais estratégicas (eventualmente mediadas pelos “facilitadores” de baixo calibre) são com atores sociais vinculados a algo que se pode denominar de *subssistema importação/exportação atacado*, ou simplesmente *subssistema I-E-A*. O “dono” possui uma base territorial - sob a forma de um *território descontínuo* (SOUZA, 1995b) - que abrange várias favelas (cada uma configurando um *território contínuo* - SOUZA, 1995b) e “bocas-de-fumo”. O “dono” controla diversas favelas através de seus “gerentes” (um “gerente” responsabilizando-se por uma ou mais “bocas-de-fumo”), os quais, além de cuidarem da contabilidade da “boca-de-fumo”, dirigem o pessoal da segurança - os “soldados” - e os demais agentes envolvidos operando na favela. Os traficantes da favela recebem a droga do chamado “matuto” (ou “mula”), que usualmente a deixa na favela para ser vendida em consignação. Esse “matuto”, que abastece diretamente as favelas e representa a ponte entre o atacado e o varejo, pode trazer a mercadoria (drogas e armas) diretamente do exterior, mas pode também estar associado a diversos atores integrantes do subssistema I-E-A, os quais, diversamente de “soldados” e “gerentes” (e mesmo de um ou outro “dono”), nunca ou quase nunca vão presos: grandes plantadores de maconha do Nordeste, grandes traficantes, seus “sócios” em operações de transporte de drogas, financiamento de compra de mercadorias e “lavagem de dinheiro”, e, com menor peso, os seus “facilitadores” (apoiares logísticos, como funcionários corruptos de portos e aeroportos). Naturalmente, o “matuto”, que pode ser um policial corrupto, é, ele próprio, financiado - a saber, por determinados atores operando no subssistema I-E-A.

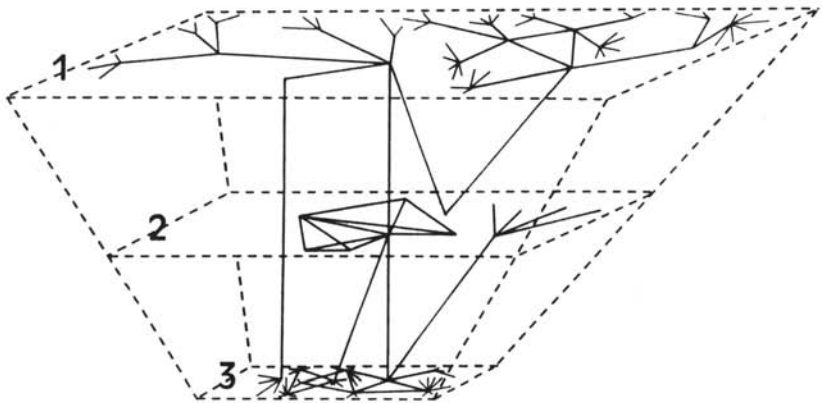
A fig. 3 retrata, de maneira estilizada, redes e sistemas concernentes a três escalas distintas do tráfico de drogas:

- O nível *local* (3) corresponde à metrópole do Rio de Janeiro, e é aquele nível onde operam os atores vinculados ao subsistema varejo. Há vários indícios de que o alcance dos atores vinculados ao subsistema varejo ou, mais precisamente, da rede do Comando Vermelho, é, na realidade, supralocal (SOUZA, no prelo); entretanto, a despeito de uma hipotética expansão dessa rede, sua natureza é, ainda, fortemente local.
- O nível *nacional* (2), que é o mais adequado para se visualizar os atores vinculados ao subsistema I-E-A. Esses operam, a rigor, regionalizadamente, isto é, seu alcance direto não é propriamente nacional; mas são, na verdade, aqueles atores que, operando no atacado e com a importação e a exportação, movimentam grandes quantias de dinheiro, se utilizam amplamente do sistema bancário para lavar dinheiro (no Brasil e no exterior), mantêm contatos com organizações criminosas internacionais e têm acesso a altos escalões do poder de Estado.
- O nível *internacional* (1), que é a escala adequada para a visualização dos atores sociais com os quais os brasileiros operando (via de regra) no subsistema I-E-A mantêm relações para a compra e venda de drogas e a importação de armas, para a lavagem de “dinheiro sujo” etc.: “cartéis” colombianos, outras organizações criminosas com origem em países do “Terceiro Mundo” (p.ex. redes de traficantes nigerianos) e organizações criminosas baseadas em países do “Primeiro Mundo” (Cosa Nostra, Camorra etc.), cada vez mais com representantes operando no território brasileiro. O subsistema I-E-A faz a intermediação da maior parte das drogas e armas que abastecem o subsistema varejo, embora este não seja inteiramente dependente daquele (ver SOUZA, no prelo).⁸

As ligações verticais e oblíquas entre vértices de grafos situados em níveis distintos correspondem, ora ao papel dos “matutos” (ligações entre os níveis 2 e 3 e entre 1 e 3), ora a contatos estratégicos entre integrantes do subsistema I-E-A e seus fornecedores estrangeiros de drogas e armas, agentes do sistema bancário-financeiro internacional etc.

Fig. 3

**REDES E SISTEMAS DO TRÁFICO DE DROGAS:
DAS REDES DO COMÉRCIO INTERNACIONAL AO
TRÁFICO DE VAREJO NO RIO DE JANEIRO**



- 1** - nível **internacional**: organizações criminosas dos países produtores de cocaína e dos principais países consumidores
- 2** - nível **nacional**: subsistema I-E-A
- 3** - nível **local**: subsistema varejo

À guisa de conclusão: algumas (dentre as muitas) questões em aberto

Um estudo como este, onde seu autor caminha em terreno tão movediço, é levado a incorporar um verdadeiro espírito socrático: quanto mais se avança, tanto melhor se percebe o gigantismo da nossa ignorância. De toda sorte, nessa como em outras matérias, não apenas

boas respostas são um sintoma de progresso intelectual; discernir as perguntas realmente pertinentes é, também, uma contribuição ao conhecimento. O autor deseja, justamente, concluir este trabalho com algumas das questões que o processo de pesquisa e reflexão o estimulou a formular, e para as quais ele ainda não encontrou uma resposta satisfatória.

Primeiramente: qual é, afinal, a efetiva influência dos traficantes presos? Entre as regiões nebulosas a propósito da “cúpula” do Comando Vermelho se encontra o real papel desempenhado por esses líderes presos. O Comando Vermelho surgiu na penitenciária, e continua existindo nas prisões. Segundo depoimento do juiz Fábio Dutra, da Vara de Execuções Penais do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (entrevista concedida em 25/1/1996 ao autor e sua equipe), os condenados são triados pelo próprio sistema penitenciário e mandados para prisões diferentes conforme sua vinculação a um dado “comando”, a fim de que sejam evitados conflitos. No entanto, será que a capacidade de influenciar os negócios de que dispõem alguns dos bandidos hoje encarcerados é tão grande quanto alguns imaginam, mesmo considerando-se os fluxos informacionais entre a prisão e o “mundo exterior” viabilizados pelas malhas da corrupção? Diante dessa interrogação, e para simplificar a figura, é que o autor não contemplou os líderes presos no esquema do grafo G. Paiva, de todo modo, uma dúvida.

A indagação anterior relaciona-se com outra, também relevante: qual é a verdadeira extensão da suposta “crise” do tráfico de favelas, que teria levado a uma pulverização crescente (dissidências, multiplicação de “guerras” entre quadrilhas)? A rede do Comando Vermelho, ainda que possa ser entendida como uma “cooperativa criminoso”, é uma rede instável e tensionada, com espaço para traições e rápidos rearranjos de posições. Isto parece ser, conforme o autor já frisou em outro lugar (SOUZA, no prelo), um indicio claro de que não se pode falar de um “Cartel do Rio”, como a grande imprensa andou divulgando em 1995.⁹ A articulação entre os atores do subsistema I-E-A, por outro lado, parece ser estável. Indicaria esse contraste entre o tráfico de favela e o subsistema I-E-A (onde até mesmo o tipo de territorialidade contrasta eventualmente com os territórios descontínuos controlados pelos “donos”, expressando-se, diversamente, através de territórios contínuos, como no caso das áreas de influência dos bicheiros) uma significativa autonomia, uma relativa “ingovernabilidade” do tráfico de favelas por parte dos seus financiadores?

Além dessas, muitas outras interrogações continuam desafiando a nossa capacidade analítica e imaginativa. Dado que não seria razoável tentar formulá-las todas aqui, concluir-se-á agora com uma última questão, referente ao poder dos “donos”. Se os “matutos” deixam a cocaína com os traficantes das favelas para que estes a vendam em regime de consignação, o poder dos “donos” é, na realidade, menor do que muitos pensam e a grande imprensa induz a pensar. Afinal, seu estoque de capital é, comumente, relativamente pequeno, e eles têm, de certo modo, de prestar contas ao “matuto”. Ou, em última análise, a alguém muito maior que o “matuto”, e que o financia... É desejável, contudo, maior clareza sobre o papel dos “donos” e dos “matutos”, sobre a influência real dos “matutos” e sobre as formas de articulação dos “matutos” com os agentes do subsistema I-E-A.

Bibliografia

- AMORIM, Carlos. Comando Vermelho. A história secreta do crime organizado. Rio de Janeiro, Record, 1993
- BOAVENTURA Netto, Paulo Oswaldo. Grafos. Teoria, modelos, algoritmos. Rio de Janeiro, Edgard Blücher, 1996.
- KOPP, Pierre. La structuration de l'offre de drogue en réseaux. Revue Tiers-Monde (número especial “Drogues et développement”), tome XXXIII, n.º 131. Paris, 1992
- LIMA, William da Silva. Quatrocentos contra um. Uma história do Comando Vermelho. Petrópolis, Vozes, 2.ª ed., 1991
- SAULOY, Mylène & Le BONNIEC, Yves. Tropenschnee. Kokain: Die Kartelle, ihre Banken, ihre Gewinne. Ein Wirtschaftsreport. Reinbeck bei Hamburg, Rowohlt, 1994
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. Armut, sozialräumliche Segregation und sozialer Konflikt in der Metropolitanregion von Rio de Janeiro. Ein Beitrag zur Analyse der “Stadtfrage” in Brasilien. Selbstverlag des Geographischen Instituts der Universität Tübingen, Tübingen, 1993
- O narcotráfico no Rio de Janeiro, sua territorialidade e a dialética entre “ordem” e “desordem”. Cadernos de Geociências, n.º 13, 1995 (a), pp. 161-171
- O território. Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. et alii (orgs.), Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995 (b)

----- O tráfico de drogas no Rio de Janeiro e seus efeitos negativos sobre o desenvolvimento sócio-espacial. Cadernos IPPUR/UFRJ, ano VIII, n.º 2/3, set./dez. 1994 [publicado em 1996], pp. 25-39

----- As drogas e a “questão urbana” no Brasil. No prelo [a sair publicado em coletânea organizada por Iná Elías de Castro, Roberto Lobato Corrêa e Paulo Cesar da Costa Gomes, intitulada Brasil: questões atuais da reorganização do território; Rio de Janeiro, Bertrand Brasil]

VENTURA, Zuenir. Cidade Partida. São Paulo, Companhia das Letras, 1994

ZALUAR, Alba. Condomínio do diabo. Rio de Janeiro, Editora Revan/Editora UFRJ, 1994

Notas

¹ No caso das apreensões de drogas, elas não são um indicador fidedigno da quantidade produzida ou traficada. Em função do fato de que apenas uma pequena quantidade do que é produzido (em território nacional, especialmente a maconha) ou comercializado é, realmente, erradicada ou apreendida, pode-se, obviamente, no máximo esperar que as quantidades erradicadas e apreendidas reflitam proporções realistas relativamente à importância dos diferentes estados e regiões (sem esquecer das variações ao longo do tempo) no que tange à produção e ao tráfico. Isso, porém, não é garantido, uma vez que a intensificação das apreensões não precisa correlacionar-se positiva e fortemente com o aumento da produção ou do comércio dos tóxicos. Ademais, os dados podem, também, ser maquiados, o que parece ocorrer com certa frequência. Para exemplificar: quando de pesquisa de campo em Pernambuco, em fevereiro de 1996, o autor teve a oportunidade de entrevistar, em Recife, o delegado titular da Delegacia de Entorpecentes de Pernambuco, um tenente-coronel da polícia militar e um delegado da Polícia Federal, além de entrevistar, em Salgueiro, o delegado daquele município (polícia civil). As três polícias realizam, de modo independente, suas ações de busca e erradicação ou apreensão. O delegado da Polícia Federal, entrevistado em 8/2/96, disse ao autor que as outras duas polícias exageram os valores sobre o volume de drogas erradicadas ou apreendidas, com o fito de se valorizarem; o delegado de Salgueiro, por sua vez, entrevistado pelo autor em 13/2/96, alguns dias após uma incursão, acompanhado de agentes vindos de municípios vizinhos, para erradicar pés de maconha em Salgueiro, gabou-se de seu feito exibindo fotos e números que, nitidamente, eram estimativas grosseiras e inflacionadas do total erradicado. Diante de tantos jogos de cena e disputas entre as várias polícias, toda cautela é pouca diante desses dados.

² Não que essa superênfase não possua alguns aspectos perfeitamente compreensíveis, concernentes à maior dificuldade de acesso a informações sobre os grandes traficantes e, não se deve esquecer, os maiores riscos pessoais envolvidos, especialmente para uma modalidade de trabalho como a do jornalista, que não se interessa por relações e atores sociais anônimos e, sim, por nomes e indivíduos concretos. O problema é que a forma como o assunto é tratado ajuda, de fato, a construir uma imagem onde os criminosos são, invariavelmente, traficantes de varejo e favelados, o que poupa - mesmo no plano mais abstrato - diferentes tipos de atores e camadas sociais inteiras da desconfiança e da estigmatização que se tem abatido, concentrada e em grande parte injustamente, sobre o braço mais pobre da economia das drogas.

³ Trata-se de uma técnica mista, que combina um número relativamente grande de perguntas (dezesseis, todas abertas) - o que é típico das entrevistas formais - com a não apresentação, para o entrevistado, de um roteiro de perguntas anotadas e previamente elaboradas - o que caracteriza as entrevistas informais, inclusive aquelas com direttriz - opção feita, no caso da pesquisa em tela, para minimizar riscos, já que se trata de entrevistas realizadas em favelas onde há tráfico de drogas. É evidente que o emprego desse tipo de entrevista parcialmente estruturada - com a memorização de dezesseis perguntas e a necessidade constante de improvisação e, às vezes, de utilização de “manobras despistatórias”, para se obter informações do entrevistado ou para disfarçar um pouco o cerne da pesquisa (nunca revelado explicitamente) - deprecia o trabalho em equipe. Aqui, portanto, os agradecimentos do autor a todos os seus assistentes de pesquisa.

⁴ Como se trata de um grafo não-orientado, utiliza-se aqui, em substituição aos termos *nó* e *arco*, respectivamente, *vértice* e *aresta*.

⁵ O conceito de rede é mais específico que o de grafo. Um ponto que não apresente ligações com quaisquer outros pontos de uma rede é considerado fora da rede, mas uma estrutura dessa natureza pode ser um grafo (especificamente um *grafo desconexo*). Logo, uma rede é um caso particular de grafo, o qual é, simultaneamente, a expressão topológica daquela.

⁶ Na gíria das favelas cariocas, "asfalto" significa os bairros "normais", em contraposição às favelas.

⁷ "Facilitadores" que, na verdade, às vezes se excedem na atividade de extorsão - "minciragem" -, o que gera atritos e disfuncionalidades diversas.

⁸ Um caso como o relatado na *Revista dos Tribunais*, n.º 666 (abril de 1991, pp. 325-6), onde um jovem, julgado posteriormente em Mato Grosso (réu primário, mas com antecedentes criminais), dirigiu-se à Bolívia, onde trocou uma motocicleta por droga que serviria para o abastecimento do mercado consumidor de São Paulo, não é incomum. Em um tal caso, não se está diante de um grande esquema e, portanto, também não do subsistema I-E-A *strictu sensu*, mas sim de um comprador no atacado para revenda no varejo (pequeno ou médio traficante, às vezes traficante eventual).

⁹ Independentemente da imprecisão de base que reside na utilização do termo *cartel* para o tráfico de drogas: sequer para as organizações colombianas o uso desse termo é inteiramente apropriado, uma vez que sua centralização é muito relativa e, ademais, elas não conseguem influenciar o mercado a ponto de controlar o preço da mercadoria (KOPP, 1992:522; Mary VINSON *apud* SAULOY & Le BONNIEC, 1994:96).